

Boletim Temático

Emprego e Rendimento



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



EXPEDIENTE

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Danilo Jorge de Barros Cabral

Diretoria de Administração

José Lindoso de Albuquerque Filho

Diretoria de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

Heitor Rodrigo Pereira Freire

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Álvaro Silva Ribeiro

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação

José Farias Gomes Filho

Coordenação de Avaliação e Estudos

Gabriela Isabel Limoeiro Alves Nascimento

Equipe Técnica Responsável

José Luís Alonso da Silva

Ludmilla de Oliveira Calado

Miguel Vieira Araújo

Gabriela Isabel Limoeiro Alves Nascimento

Edição

Andrea Pinheiro

Design e Diagramação

Gabriel de Lima Pontual

Boletim Temático

Emprego e Rendimento

A análise do emprego e do rendimento oferece um panorama essencial para identificar os desafios e as potencialidades específicas de cada região. Ao investigarmos as taxas de ocupação, os níveis salariais médios, a distribuição setorial das vagas e as disparidades existentes, podemos delinear estratégias direcionadas para estimular a criação de empregos de qualidade, fomentar a elevação da renda da população e promover a inclusão social. Em última instância, a melhoria das condições de emprego e renda não apenas eleva o bem-estar individual e familiar, mas também fortalece o tecido econômico local, impulsionando o consumo, o investimento e, consequentemente, um ciclo virtuoso de desenvolvimento regional sustentável.

Cenário atual –2024

Estoque de empregos formais

No Brasil, o estoque de empregos formais em 31/12/24 foi de 46.270.514 vínculos ativos no setor privado. Em relação à mesma data de 2023, representou um acréscimo de 1.797.716 empregos (↑4,0%)

As regiões que mais contribuíram para o dinamismo nacional foram:

- Norte, com 2.308.216 empregos ativos, com um aumento de 123.664 novos vínculos (↑5,7%);
- **Nordeste**, com 7.670.321 empregos, com um aumento de 355.842 novos vínculos (↑4,9%);
- Centro-Oeste, com 4.155.491 empregos, com um aumento de 174.514 novos vínculos (↑4,4%).

Com crescimentos relativos abaixo da média nacional ficaram as regiões:

- Sul, com 8.515.858 empregos, com um aumento de 320.912 novos vínculos (↑3,9%);
- Sudeste, com 23.616.874 empregos, com um aumento de 819.801 novos vínculos (↑3,6%).

No Nordeste, quatro estados contribuíram para boa performance regional:

- Rio Grande do Norte, com 527.070 vínculos ativos, com um aumento de 35.893 vínculos (↑7,3%)
- Paraíba com 520.348 vínculos ativos, com um aumento de 31.782 vínculos (↑6,5%)
- Sergipe, com 329.235 vínculos ativos, com um aumento de 16.753 vínculos (↑5,4%)
- Alagoas, com 430.300 vínculos ativos, com um aumento de 20.291 vínculos (↑4,9%)

Com crescimentos relativos abaixo da média regional, ficaram:

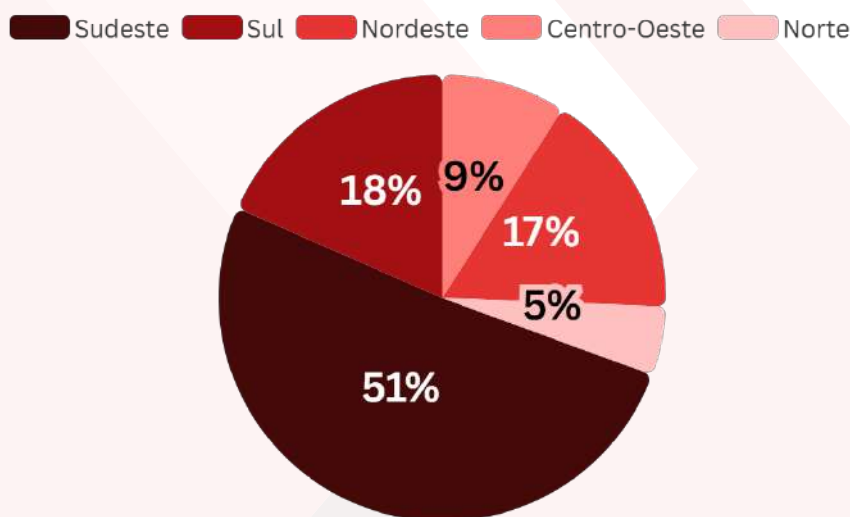
- Pernambuco, com 1.471.711 empregos, com um aumento de 65.514 vínculos (↑4,7%)
- Ceará, com 1.350.744 empregos, com um aumento de 58.814 vínculos (↑4,6%)
- Bahia, com 2.072.659 empregos, com um aumento de 89.812 vínculos (↑4,5%)
- Piauí, com 356.320 empregos, com um aumento de 14.643 vínculos (↑4,3%)
- Maranhão, com 611.934 empregos, com um aumento de 22.337 vínculos (↑3,8%)

Fonte: MTE/RAIS 2024

Os dados apresentados no gráfico revelam uma expressiva **concentração do estoque total de empregos no Sudeste do Brasil, com 51%**, demonstrando a centralidade econômica desta região no cenário nacional. Em contraste, a região Norte apresenta a menor participação, com apenas 5%, indicando um mercado de trabalho relativamente menor em termos de volume total de empregos. **As regiões Sul (18%) e Nordeste (17%) apresentam participações semelhantes e consideravelmente menores que o Sudeste, mas ainda assim relevantes para o contexto nacional.** O Centro-Oeste, com 9%, também possui uma participação modesta no estoque total de empregos.

Socioeconomicamente, essa distribuição reflete o histórico processo de desenvolvimento desigual do Brasil, onde o Sudeste se consolidou como o principal polo industrial, comercial e de serviços, atraindo um grande contingente populacional e concentrando investimentos e infraestrutura. A participação intermediária do Nordeste reflete economia diversificada, com setores industriais, agrícolas e de serviços importantes, embora ainda com desafios em termos de desigualdade regional e oportunidades de emprego em comparação com o Sudeste e Sul do País. Essa disparidade na distribuição do estoque de empregos impacta diretamente a distribuição de renda, os níveis de desenvolvimento humano e as dinâmicas migratórias entre as regiões.

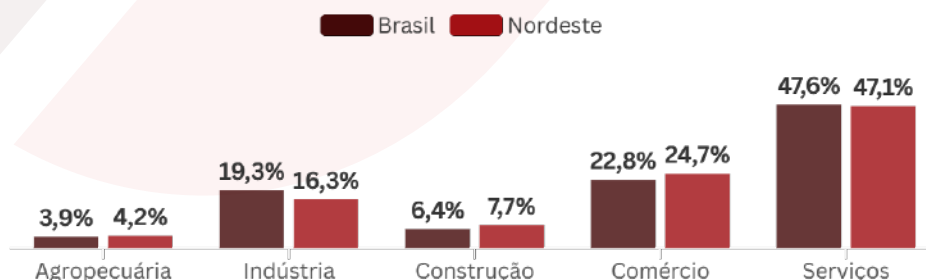
Participação % do estoque total de emprego de cada região em relação ao Brasil - 2024



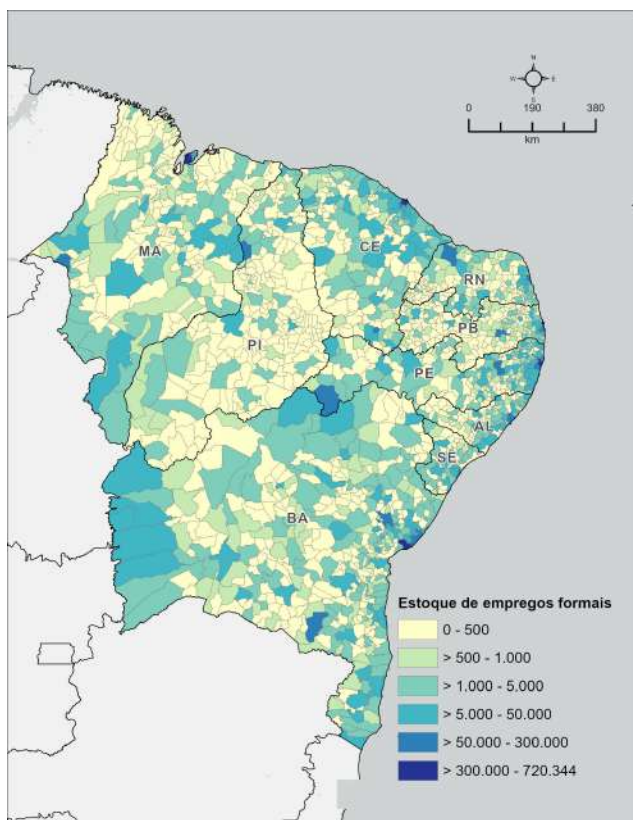
Fonte: MTE/RAIS 2024

Com relação à análise do estoque de emprego observando as atividades econômicas, em 2024, tanto no Brasil e quanto no Nordeste o setor de Serviços detém a maior participação no estoque de empregos formais, com percentuais de 47,6% e 47,1%, respectivamente. O Comércio também se destaca como um importante setor empregador, apresentando uma participação de 22,8% no Brasil e 24,7% no Nordeste. Em contraste, a Agropecuária demonstra a menor representatividade no estoque de empregos formais, com 3,9% no Brasil e 4,2% no Nordeste. A Indústria e a Construção ocupam posições intermediárias, com a Indústria apresentando uma participação maior no Brasil (19,3%) do que no Nordeste (16,3%), enquanto a Construção possui uma participação ligeiramente maior no Nordeste (7,7%) em comparação com o Brasil (6,4%).

Participação % do estoque de emprego segundo a atividade econômica - Brasil e Nordeste - 2024

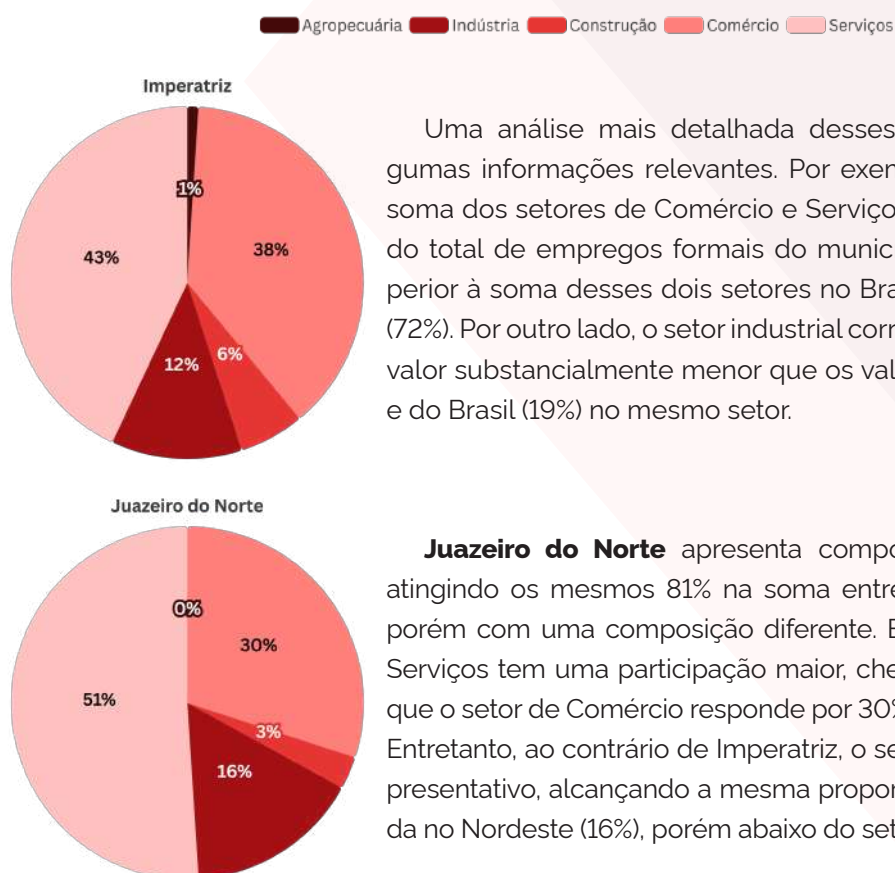


Fonte: MTE/RAIS 2024



A análise territorial do estoque de empregos formais, permite identificar *cluster* de concentração de emprego na Região. Os resultados de 2024 indicam que as maiores concentrações de estoques de empregos formais estão situadas nas capitais estaduais e seus arredores. Acredita-se que esta concentração é resultado de um complexo conjunto de fatores econômicos, incluindo economias de aglomeração, maior demanda agregada, investimentos públicos estratégicos e um desenvolvimento histórico que gerou um ambiente de negócios mais dinâmico e atrativo. Essa concentração tende a se perpetuar devido aos efeitos de rede e à inércia do desenvolvimento econômico. Apesar disso, alguns municípios do interior chamam a atenção, compondo um grupo que possui mais de 50.000 e menos de 300.000 empregos, as chamadas cidades de porte médio, como Imperatriz/MA (59.588), Juazeiro do Norte/CE (51.620), Mosoró/RN (76.156), Campina Grande/PB (106.776), Caruaru/PE (81.619), Petrolina/PE (84.043), Feira

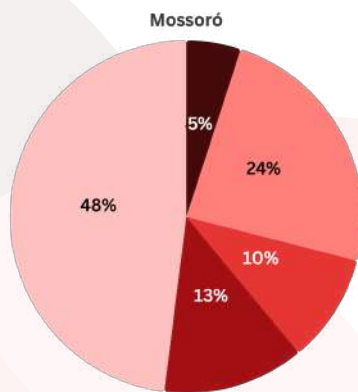
de Santana/BA (142.479) e Vitória da Conquista/BA (81.666). Certamente uma das questões-chave que respalda este crescimento é a expansão de rede de institutos e universidades federais e estaduais, contribuindo para uma maior oferta de mão de obra qualificada nestes municípios, reforçada pela ampliação da infraestrutura existente.



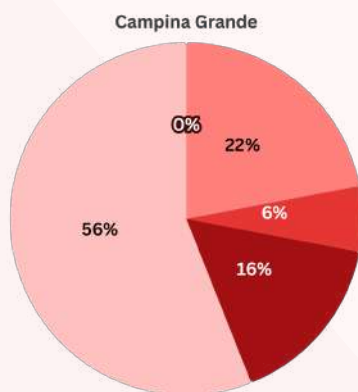
Uma análise mais detalhada desses municípios revela algumas informações relevantes. Por exemplo, em **Imperatriz**, a soma dos setores de Comércio e Serviços atinge o valor de 81% do total de empregos formais do município, valor bastante superior à soma desses dois setores no Brasil (71%) e no Nordeste (72%). Por outro lado, o setor industrial corresponde a 12% do total, valor substancialmente menor que os valores do Nordeste (16%) e do Brasil (19%) no mesmo setor.

Juazeiro do Norte apresenta comportamento semelhante, atingindo os mesmos 81% na soma entre Comércio e Serviços, porém com uma composição diferente. Em Juazeiro, o setor de Serviços tem uma participação maior, chegando a 51%, ao passo que o setor de Comércio responde por 30% do total de empregos. Entretanto, ao contrário de Imperatriz, o setor industrial é mais representativo, alcançando a mesma proporção da média observada no Nordeste (16%), porém abaixo do setor nacionalmente (19%).

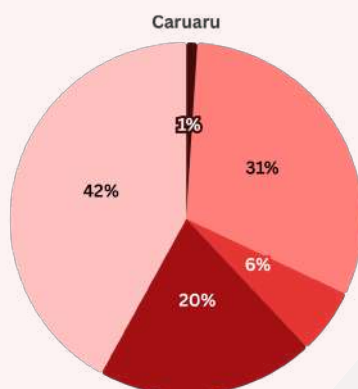
Agropecuária Indústria Construção Comércio Serviços



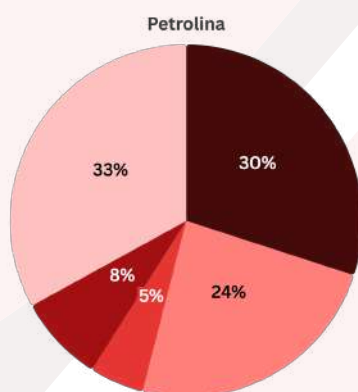
Mossoró, por sua vez, apresenta a soma entre os setores de Comércio e de Serviços (72% do total de empregos) semelhante às somas desses setores no Nordeste e no Brasil. Entretanto, o setor industrial (13%) fica abaixo do mesmo setor na Região e no País. Por outro lado, o setor da Construção, com 10% do total, corresponde a uma proporção maior que as proporções do Nordeste (8%) e do Brasil (6%) no setor. Para o setor agropecuário, a participação em Mossoró (5%) também é maior que a participação regional e nacional (cerca de 4% para ambas).



Campina Grande também apresenta uma somatória das participações dos setores de Comércio e de Serviços (78%) superior às somatórias da Região e do País. Destaca-se o setor de Serviços (56%), sendo o maior dos dez municípios dessa faixa entre 50.000 e 300.000 empregos, ao passo que a participação do setor de Comércio (22%) é a menor dentre os municípios dessa mesma faixa. A Indústria tem participação semelhante à da Região (16%) e abaixo da do País.

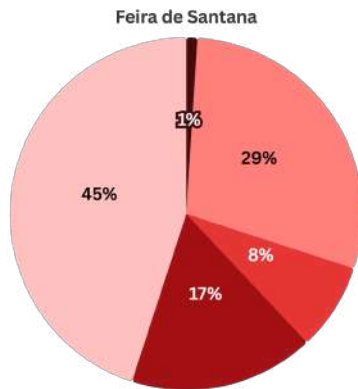


Caruaru, por sua vez, é o único desses dez municípios que possui uma proporção do emprego industrial (20%) superior à proporção nacional para esse setor. Quanto aos setores de Comércio e de Serviços, a soma (73%) segue um padrão semelhante ao do Nordeste e do Brasil.

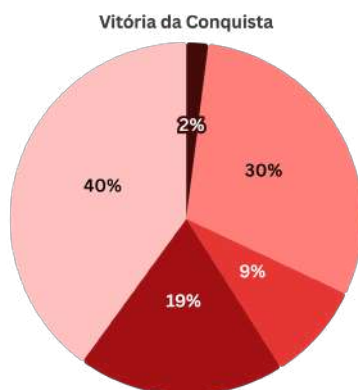


Petrolina apresenta um perfil bastante diferenciado em relação aos demais municípios médios do Nordeste, devido à pujança da fruticultura que faz o setor Agropecuário ser responsável por 30% do total de empregos formais do município, ou seja, o segundo setor que mais emprega no município e bem próximo do que mais emprega, que é o setor de serviços com 33%. Isso faz com que o setor de Comércio e o setor de Serviços respondam conjuntamente por apenas 57% do total de empregos do município. Também há um reflexo no setor industrial, o qual detém apenas 8% do total de empregos.

Agropecuária Indústria Construção Comércio Serviços



Feira de Santana apresenta como destaque o setor industrial com uma participação (17%) maior que a participação desse setor no Nordeste (16%). Embora menor que a participação desse setor nacionalmente (19%). O setor de Construção tem uma participação (8%) maior que na Região e no País, ao passo que a soma dos setores Comércio e Serviços (74%) também é superior a essa soma no Nordeste e no Brasil.



Vitória da Conquista apresenta uma proporção de empregos no setor industrial (19%) superior à do Nordeste (16%) e igual à do Brasil. O setor de Construção detém 9% dos empregos do município, acima da participação do setor na Região (8%) e no País (6%). Com relação aos setores de Comércio e de Serviços, a soma (70%) é semelhante à soma desses setores regional e nacionalmente.

Em resumo, os municípios mais empregadores da região Nordeste, exceto as capitais e entornos, têm essencialmente no setor de comércio e serviços o que mais emprega, sendo conforme mostrado acima, dividido entre aqueles com vocação para a prestação de serviços e outros com vocação típica para o comércio. Apenas em Caruaru e Vitória da Conquista o setor industrial emprega mais que a média deste setor para a Região e em Petrolina, onde o setor agropecuário, em particular a fruticultura emprega uma média quase igual ao setor de serviços local e mais de 4 vezes a média do setor agropecuário dos municípios que tem entre 50.000 e 300.000 empregos, como visto.

Rendimento

A região Nordeste do Brasil historicamente apresenta um cenário de rendimento marcado por desigualdades significativas, embora tenha experimentado avanços importantes nas últimas décadas. A complexidade socioeconômica da Região, com sua diversidade de atividades econômicas, níveis de escolaridade e acesso a oportunidades, contribui para a heterogeneidade na distribuição de renda entre seus estados e municípios. Analisar a remuneração real média na região Nordeste é crucial para compreendermos o poder de compra da população, descontada a inflação, e seu impacto no bem-estar e na qualidade de vida.

Em 2024, a remuneração real média no Brasil atingiu o patamar de R\$ 3.706,90. Ao desagregar por grandes regiões, observa-se que o Sudeste apresenta a maior remuneração média, com R\$ 4.144,13, seguido de perto pelo Sul, com R\$ 3.661,28, que se posiciona ligeiramente abaixo da média nacional. O Centro-Oeste registra uma remuneração média de R\$ 3.625,02, também inferior à média brasileira. **As regiões Norte e Nordeste exibem as menores remunerações reais médias, com R\$ 2.944,88 e R\$ 2.676,18**, respectivamente, indicando uma significativa disparidade de renda em relação às regiões mais desenvolvidas do País.

Remuneração real média (Em R\$) - Brasil e Grandes Regiões - 2024



Fonte: MTE/RAIS 2024

Conforme mostra o gráfico, a **remuneração real média do Nordeste é 72% da média nacional** e 64% da média do Sudeste. Retrato claro da desigualdade regional existente.

Diante o exposto, entende-se que a análise dos dados de emprego e rendimento referentes ao ano de 2024 para a região Nordeste se reveste de grande importância para a compreensão do panorama socio-econômica atual, identificando os setores que impulsionaram a criação de vagas, a distribuição de renda e o poder de compra da população em um contexto pós-pandêmico e de recentes mudanças econômicas. Contudo, observar esses indicadores em paralelo com os dados de uma década, oferece uma perspectiva valiosa sobre a trajetória do mercado de trabalho nordestino ao longo do tempo. Essa comparação permite identificar tendências de longo prazo, como as transformações na estrutura setorial do emprego, o crescimento real dos salários e a persistência ou redução das desigualdades regionais, fornecendo subsídios cruciais para a avaliação da eficácia de políticas públicas implementadas e o planejamento de estratégias futuras para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável na Região.

Análise conjuntural 2013 - 2023

Esta seção aborda o desempenho da atividade laboral total **com enfoque no emprego industrial** nas dimensões estoque de emprego e remuneração em salários mínimos das atividades econômicas classificadas de acordo com a CBO2002¹, nos anos de 2013 e 2023, do Brasil, Grandes Regiões e estados do Nordeste, a partir de dados coletados na base da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)², do Ministério do Trabalho e Emprego.

¹A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento normalizador do reconhecimento da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. É ao mesmo tempo uma classificação enumerativa e uma classificação descritiva: é enumerativa porque codifica empregos e outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos, censos populacionais e outras pesquisas domiciliares. Inclui códigos e títulos ocupacionais e a descrição sumária. Ela também é conhecida pelos nomes de nomenclatura ocupacional e estrutura ocupacional; e, é descritiva porque inventaria detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, os requisitos de formação e experiência profissionais e as condições de trabalho.

A classificação da CBO é utilizada em registros administrativos como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Seguro Desemprego, Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF), dentre outros. Em pesquisas domiciliares é utilizada para codificar a ocupação como, por exemplo, no Censo Demográfico, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e outras pesquisas de institutos de estatísticas como o IBGE e congêneres nas esferas dos estados e dos municípios.

A estrutura básica da CBO foi elaborada em 1977, resultado do convênio firmado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas - ONU, por intermédio da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no Projeto de Planejamento de Recursos Humanos (Projeto BRA/70/550), tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações - CIUO de 1968.

²A RAIS é um Registro Administrativo instituído pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, atualmente regulamentado pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 e pela Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Possui periodicidade anual e apresenta informações sobre todos os estabelecimentos formais e vínculos celetistas e estatutários no Brasil. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal brasileiro. De acordo com o cronograma estabelecido pela Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPT) nº 1.127, de 14 de outubro de 2019, atualizado pela Portaria Conjunta MTP/RFB/ME nº 2, de 19 de abril de 2022, a obrigação prevista no art. 24 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, em conjunto com o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, passou a ser cumprida por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). A partir do ano-base 2019, as empresas obrigadas ao envio de eventos periódicos (folha de pagamento) ao eSocial tiveram a declaração via RAIS substituída por esse sistema. Considerando o cronograma de implantação do eSocial e os termos da Portaria MTP nº 671/2021, todas as entidades dos Grupos 1, 2, 3 e 4 declararam a RAIS ano-base 2023 diretamente pelo eSocial.

São inúmeros os trabalhos que atribuem à atividade manufatureira a primazia no papel de alavancador das economias a níveis elevados de desenvolvimento. Os efeitos composição e encadeamento tornam esta atividade especial para toda a economia.

A Indústria, principalmente a de transformação, tem características que servem de parâmetro para as demais atividades econômicas e quando se fragiliza, os parâmetros se reduzem com efeitos na produtividade do trabalho, na remuneração média, na qualidade da mão de obra, no próprio emprego, na pesquisa, na ciência e na tecnologia, entre outros efeitos.

Entretanto, vem se identificando uma contínua perda de importância da indústria manufatureira brasileira nas últimas décadas, mais precisamente, a partir da década de 1980, e isso é extremamente preocupante quando se considera o desejo de o Brasil se tornar um dia uma economia desenvolvida.

De fato, entre 1930 e 1980, o Brasil teve o seu "ensaio" para se tornar uma economia industrial e, portanto, desenvolvida. Mas a partir de 1980, o País passou por uma grande crise financeira, provocada pela dívida externa, que desencadeou a alta da inflação, que levou a uma política de juros elevados para sua contenção; falta de planejamento adequado no processo de abertura da economia; alinhamento com as políticas liberais provenientes do Consenso de Washington; Real excessivamente valorizado em relação ao dólar (no início do Plano Real um dólar valia 0,96 de Real); políticas industriais descontinuadas (PITCE, PBP e PBM).

Esse quadro contribuiu para manter o País preso na chamada "armadilha da renda média". Batizada assim, porque determinados fatores retêm em níveis inferiores de renda economias com potencial de alcançar níveis mais elevados de renda. Essa renda é traduzida em renda per capita em US\$. Neste sentido, a literatura mostra que o fortalecimento do setor industrial e o adensamento de cadeias produtivas tipicamente agrícolas é, talvez, o principal caminho para romper esta situação e ampliar a renda pessoal, colocando o País, em particular a região Nordeste, em um patamar de renda mais elevado.

Por outro lado, quanto mais tempo uma economia permanecer nessa condição menos capacidades tecnológicas conseguirá acumular necessárias para produzir bens de alta complexidade.

É importante referir que, no início da década de 1980, países de industrialização tardia como os asiáticos que hoje servem de referência ao Brasil como a China, Coreia do Sul, Taiwan, por exemplo se encontravam em posição mais afastada dos EUA do que o Brasil. Mas desde então houve uma inversão de posições com o Brasil cedendo lugar aos três países e se distanciando cada vez mais.

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO2002) - Grande Grupo

Os grandes grupos³ da CBO2002 formam o nível mais agregado da classificação das ocupações profissionais. Comportam dez conjuntos, agregados por nível de competência e similaridade nas atividades executadas, conforme quadro abaixo. Os grupos 7, 8 e 9 destacados são tipicamente de atividades industriais. O grupo 7, relacionado a atividades que lidam mais com conteúdos físico-químicos, como Montadores e Instaladores, em sistemas de produção discretos. No grupo 8, estão os trabalhadores em sistemas de produção contínuos, como Operadores Industriais de diversas matizes. No grupo 9 estão os serviços industriais.

³Os grupos 7, 8 e 9 contemplam os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, manutenção e reparação, sejam eles estacionários ou móveis (por exemplo, veículos). No 7 foram agrupados os trabalhadores de sistemas de produção que tendem a ser discretos e que lidam mais com a forma do produto do que com o seu conteúdo físico-químico. Embora haja tendência para que sistemas discretos se tornem contínuos, existem diferenças marcantes do ponto de vista das competências, entre dar forma em uma peça e controlar as variáveis físico-químicas de um processo. No 8 agruparam-se os trabalhadores de sistemas de produção que são ou tendem a ser contínuos (química, siderurgia, dentre outros). E, finalmente, no 9 foram classificados os trabalhadores de manutenção e reparação.

Quanto aos demais grupos, o 1 agrupa os empregos que compõem as profissões que estabelecem as regras e as normas de funcionamento para o país, estado e município, organismos governamentais de interesse público e de empresas, além de reunir os empregos da diplomacia; o 2 agrega os empregos que compõem as profissões científicas e das artes de nível superior; o 3 agrega os empregos que compõem as profissões técnicas de nível médio; o 4 agrega os empregos dos serviços administrativos, exceto os técnicos e o pessoal de nível superior. Trata-se de empregos cujos titulares tratam informações (em papéis ou digitalizadas, numéricas ou em textos). O 4 está subdividido em dois SGP - aqueles que trabalham em rotinas e procedimentos administrativos internos e aqueles que atendem ao público (trabalham com o público, tratam informações registradas em papéis ou formas magnéticas, operam equipamentos de apoio ao trabalho etc.). O 5 agrega os empregos que produzem serviços pessoais e à coletividade, bem como aqueles que trabalham na intermediação de vendas de bens e serviços; e, o 6 agrega os empregos do setor agropecuário.

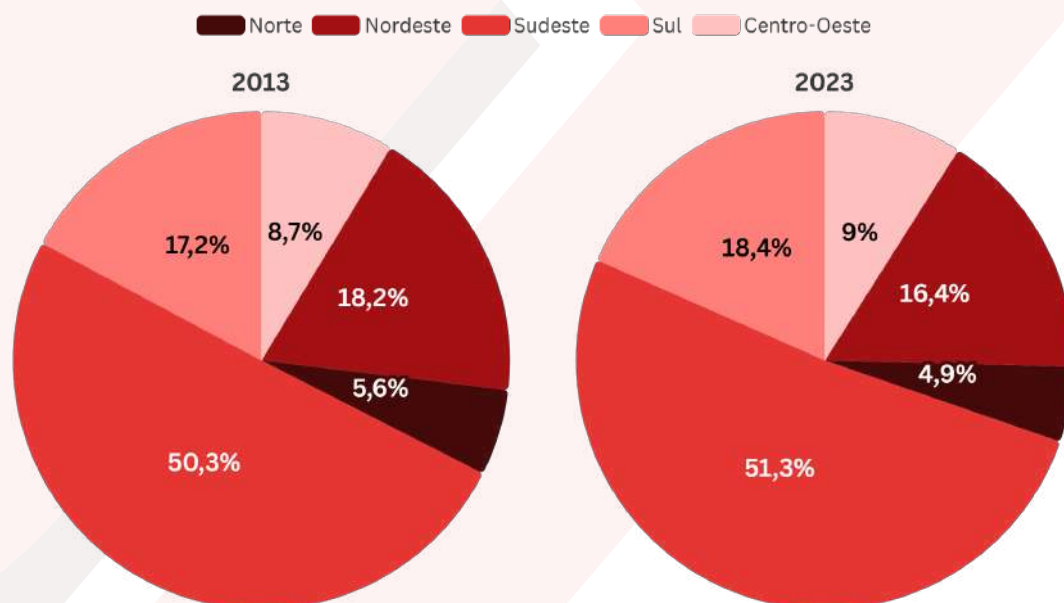
CBO2002 – Grande Grupo

0 - Membros das forças armadas, polícias e bombeiros militares	1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas	2 - Profissionais das ciências e das artes	3 - Técnicos de nível médio	4 - Trabalhadores de serviços administrativos
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	6 - Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	8 - Trabalhadores de bens e serviços industriais	9 - Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção

Distribuição regional do emprego formal

De acordo com os dados dos dois gráficos que representam a distribuição do emprego formal no Brasil em 2013 e 2023, percebe-se uma leve diminuição na participação da região Nordeste. Em 2013, o Nordeste correspondia a 18,2% do emprego formal no País, enquanto em 2023 essa porcentagem caiu para 16,4%. Apesar dessa redução de 1,8 ponto percentual, o Nordeste ainda se mantém como a terceira região com a maior concentração de empregos formais, superada apenas pelo Sudeste, que apresentou um ligeiro aumento de 50,3% para 51,3%, e pelo Sul, que também registrou um crescimento de 17,2% para 18,4% no mesmo período. As demais regiões, Norte e Centro-Oeste, também exibiram pequenas variações em suas participações

Remuneração real média (Em R\$) - Brasil e Grandes Regiões - 2024

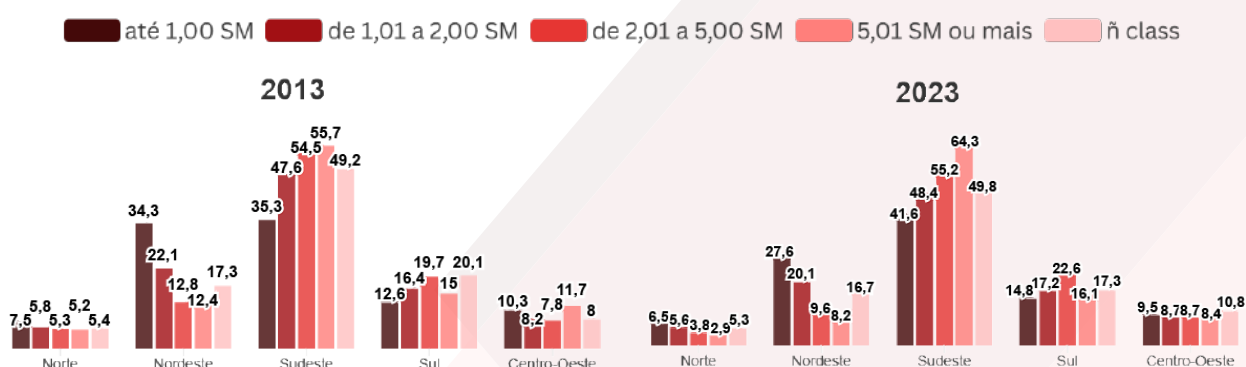


Fonte: MTE/RAIS 2013 e 2023

Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo a remuneração média em salários mínimos, de cada Grande Região em relação ao Brasil

Com a análise da distribuição dos empregos totais por faixas de remuneração em salários mínimos nas Grandes Regiões entre 2013 e 2023, é possível observar um movimento de redução na proporção de empregos na faixa de até 1,00 SM na maioria das regiões. No Nordeste, essa faixa apresentou uma queda significativa de 34,3% em 2013 para 27,6% em 2023, uma redução de 6,7 pontos percentuais. Do mesmo modo, houve redução na participação das faixas salariais mais elevadas. Especificamente no Nordeste, a faixa de 1,01 a 2,00 SM reduziu de 22,1% para 9,6%, e a faixa acima de 5,01 SM também reduziu, passando de 12,4% para 8,2%. Por outro lado, o Sudeste concentra o maior número de empregados em todas as faixas de remuneração. Nas faixas entre menos de 1,00 SM e 5,00 SM ou mais, emprega próximo da metade e mais salários-mínimos estão no Sudeste e com tendência de alta entre 2013 e 2023.

Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo a remuneração média em salários mínimos, de cada Grande Região em relação ao Brasil

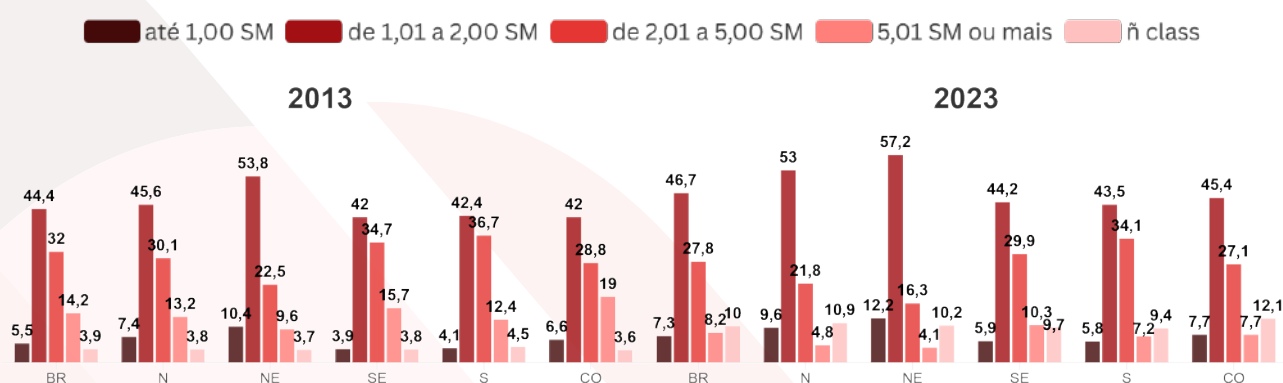


Fonte: MTE/RAIS 2013 e 2023

Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo a remuneração média em salários mínimos, de cada Grande Região, em 2013 e 2023.

Em 2013 e 2023, a faixa salarial de 1,01 a 2,00 salários mínimos (SM) concentrava a maior parcela dos trabalhadores em todas as Grandes Regiões, embora com variações regionais significativas. Em 2023, essa faixa remunerava mais da metade dos trabalhadores no Nordeste (57%) e no Norte (53%). Em contraste, no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a proporção de trabalhadores nessa faixa era menor, em torno de 45%. Simultaneamente, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentavam a maior concentração de trabalhadores nas faixas salariais mais elevadas, entre 2,01 e 5,00 SM ou mais. Essa distribuição salarial por região revela diferentes estruturas de remuneração e concentração de trabalhadores ao longo do território nacional nos anos analisados.

Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo a remuneração média em salários mínimos, de cada Grande Região



Fonte: MTE/RAIS 2013 e 2023

Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo o grande grupo ocupacional e a remuneração média em salários mínimos, do Brasil e Região Nordeste, em 2013 e 2023

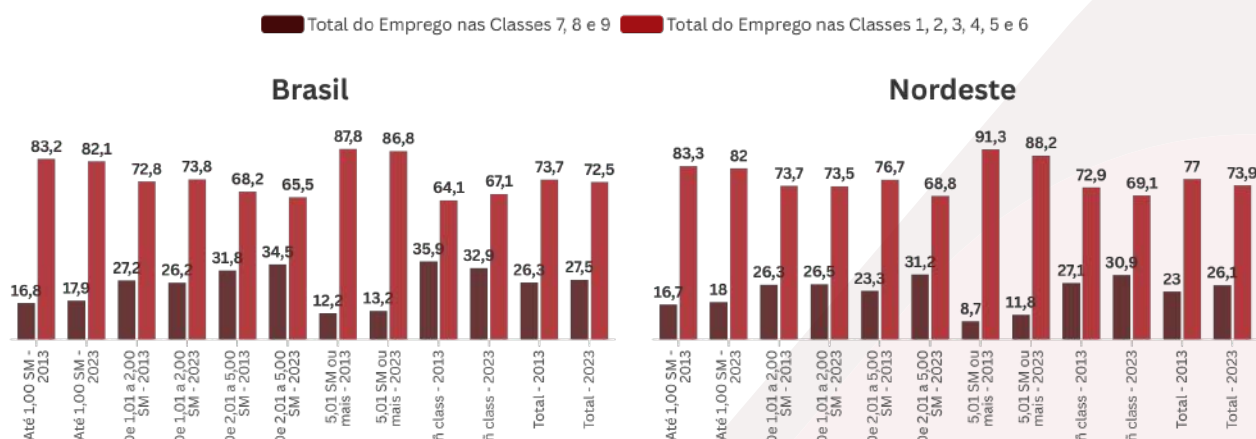
Neste segmento, o total de trabalhadores foi organizado em dois grandes grupos: um formado pelos trabalhadores ocupantes de atividades classificadas de 7, 8 e 9 (industriais); e, outro, pelos trabalhadores ocupantes de atividades classificadas de 0 a 6 da CBO. Estes dois grandes grupos são, por sua vez, enquadrados em faixas de remuneração média em salários mínimos, segundo a RAIS.

O objetivo, aqui, foi o de identificar o comportamento de cada grande grupo em sua faixa de remuneração. Nesse sentido, observam-se duas situações. Uma, em que é nítido o **ganho de participação dos grupos compostos por trabalhadores ocupantes de atividades ligadas à indústria em comparação ao grupo composto por trabalhadores das demais atividades**, mas tendo como limite a faixa de 5,00 SM. Os pesos dos dois grupos distintos nas faixas até 5,00 SM são muito parecidos tanto no Brasil como no Nordeste, podendo haver uma diferença de 1 ou 2 pontos percentuais no grupo industrial do Brasil. A partir daí, na faixa de remuneração de 5,01 SM ou mais, verifica-se uma inversão da situação, em que as remunerações das ocupações das demais atividades ganham relevante predominância sobre as remunerações das ocupações ligadas à indústria. Esse comportamento ocorre tanto no Brasil como no Nordeste e pode ser explicado pelo peso do grupo 1, que é composto pelos cargos de gerência e direção, que normalmente auferem remunerações mais altas. Como o número de unidades classificadas como industriais é menor que as demais, cria-se essa discrepância.

De qualquer forma, **identificou-se ganho de participação do grupo ligado à indústria em comparação com o grupo das demais atividades, entre 2013 e 2023. Assim, o Brasil aumentou em 1 ponto percentual o peso do grupo industrial e o Nordeste em mais de 3 pontos percentuais.** Inversamente, o Brasil diminuiu em 1 ponto percentual o peso do grupo das demais ocupações, e, o Nordeste, em 3 pontos percentuais, entre 2013 e 2023.

Ou seja, revela-se a capacidade que o setor industrial tem para gerar empregos com melhor remuneração e em última análise, conforme a comparação entre 2013 e 2023, uma leve contribuição para redução das desigualdades regionais em termos de remuneração do trabalho.

Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo o grande grupo ocupacional e remuneração média em salários mínimos - 2013 e 2023

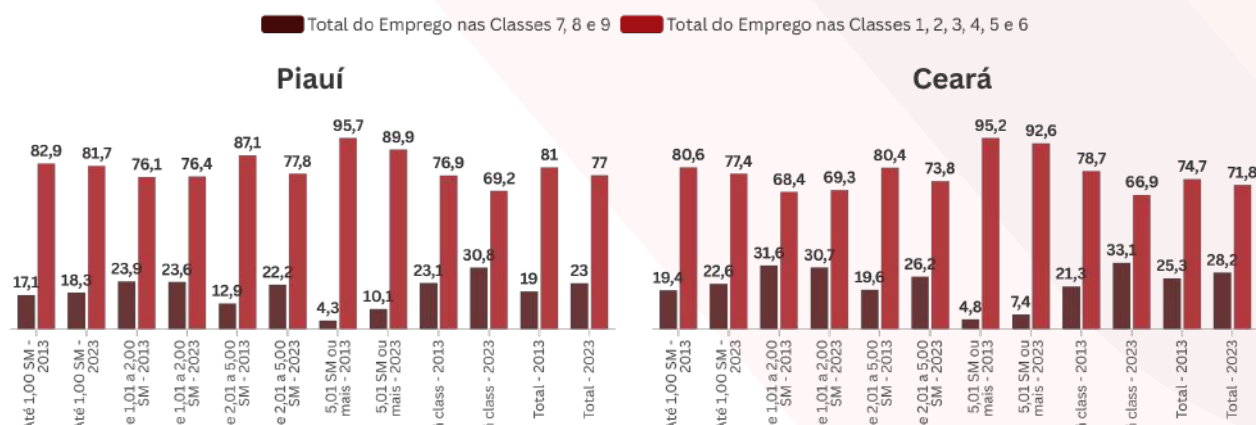


Fonte: MTE/RAIS 2013 e 2023

Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo o grande grupo ocupacional e a remuneração média em salários mínimos, dos estados da Região Nordeste, em 2013 e 2023

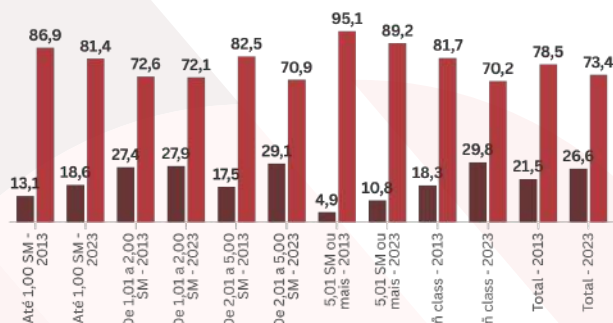
No âmbito dos estados nordestinos, observa-se uma heterogeneidade nos perfis de distribuição salarial. Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Bahia exibem uma tendência de maior concentração de trabalhadores nas faixas de remuneração de até 5,00 salários mínimos (SM). Piauí, Ceará e Sergipe, por sua vez, apresentam um desempenho mais expressivo nas faixas salariais de até 2,00 SM. Rio Grande do Norte e Paraíba configuram uma situação distinta: embora em 2013 suas melhores performances se concentrassem nas faixas de até 2,00 SM, em 2023 verificou-se uma progressiva ascensão na participação das faixas salariais até 5,00 SM. Quanto à faixa de remuneração superior a 5,01 SM, os estados do Nordeste seguem a tendência observada para o Brasil e a Região como um todo, com a exceção de Pernambuco. Neste estado, a participação do grupo ocupacional industrial demonstra uma redução em 2023 em comparação com 2013, enquanto, inversamente, o grupo das demais ocupações registra um aumento em sua participação.

Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo o grande grupo ocupacional e a remuneração média em salários mínimos, dos estados da Região Nordeste, em 2013 e 2023

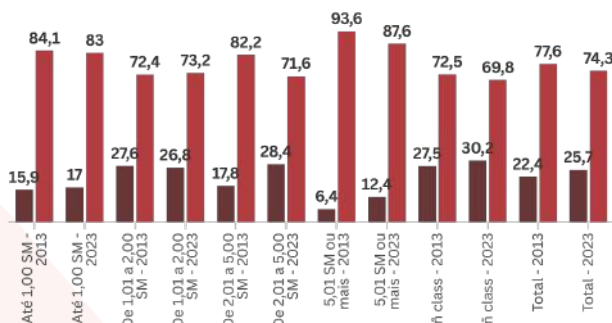


■ Total do Emprego nas Classes 7, 8 e 9 ■ Total do Emprego nas Classes 1, 2, 3, 4, 5 e 6

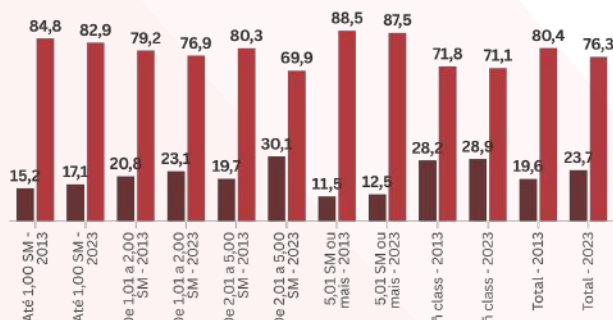
Paraíba



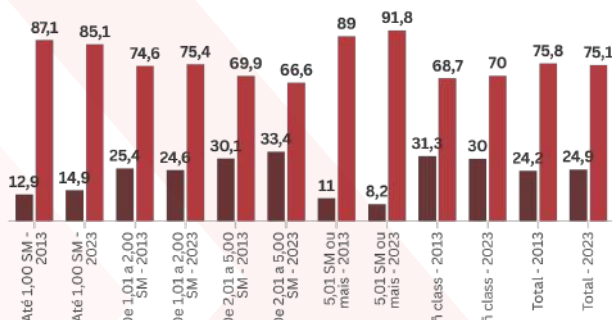
Rio Grande do Norte



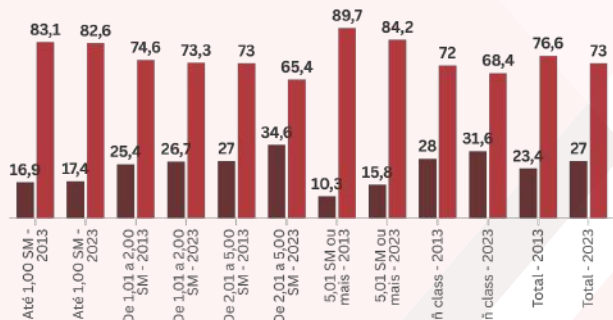
Alagoas



Pernambuco



Bahia



Sergipe



Maranhão



Fonte: MTE/RAIS 2013 e 2023

Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo a remuneração média em salários mínimos, de cada Estado em relação ao Nordeste, em 2013 e 2023

Esta seção apresenta o percentual de trabalhadores por faixa de remuneração de cada estado em relação ao Nordeste, em 2013 e 2023. Os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia concentram mais de 2/3 do total de trabalhadores nordestinos, ainda que estes estados apresentem perfis de remuneração diferentes entre si. Em 2023: o Ceará apresentou percentuais relativamente constantes em todas as faixas de remuneração. Já Pernambuco e Bahia apresentaram níveis crescentes de vagas de emprego ocupadas entre menos de 1,00 e 5,00 SM ou mais. Os demais estados dividem o 1/3 restante de vagas de emprego.

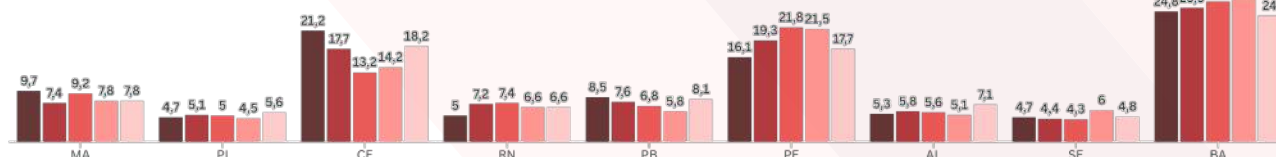
Além disso, comparando os resultados de 2013 e 2023, nota-se uma dinâmica de redistribuição nas faixas salariais entre os estados do Nordeste. Houve uma tendência geral de redução da concentração de trabalhadores na faixa de até 2,00 salários mínimos em alguns estados, como Rio Grande do Norte e Paraíba, que demonstraram um aumento na participação das faixas salariais intermediárias, até 5,00 salários mínimos. Logo, houve uma melhora no nível de remuneração, certamente refletindo empregos de melhor qualidade.

Outros estados, como Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Bahia já apresentavam uma maior concentração nessa faixa intermediária em 2013 e mantiveram ou intensificaram essa característica em 2023. Em contraste, Piauí, Ceará e Sergipe permaneceram com um desempenho mais notável nas faixas de menor remuneração (empregos de qualidade inferior).

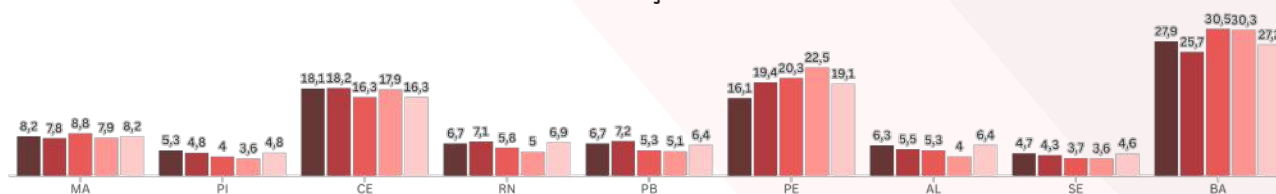
No que concerne à faixa salarial mais alta, acima de 5,01 salários mínimos, a maioria dos estados acompanhou as tendências regional e nacional de manutenção ou leve crescimento, com a particularidade de Pernambuco, onde o setor industrial apresentou uma retração na participação dessa faixa, compensada por um aumento nas demais ocupações.

■ até 1,00 SM ■ de 1,01 a 2,00 SM ■ de 2,01 a 5,00 SM ■ 5,01 SM ou mais ■ ã class

Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo a remuneração média em salários mínimos, de cada Estado em relação ao Nordeste - 2013



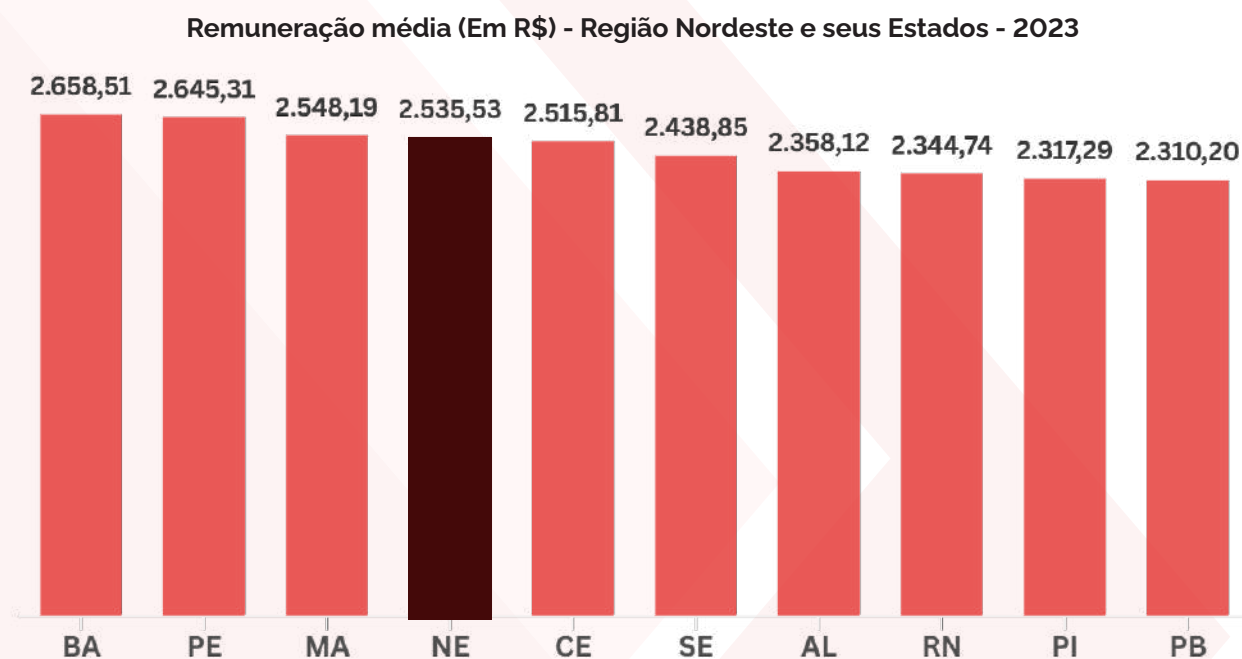
Participação (%) dos empregos totais em 31/12, segundo a remuneração média em salários mínimos, de cada Estado em relação ao Nordeste - 2023



Fonte: MTE/RAIS 2013 e 2023

Remuneração Média dos Empregados em 31/12 por área geográfica (Em R\$) - MTE/RAIS 2023

Ao detalhar a situação do Nordeste em 2023 com relação à remuneração média, observa-se uma variabilidade entre seus estados. **Bahia (R\$ 2.658,51), Pernambuco (R\$ 2.645,31) e Maranhão (R\$ 2.548,19) apresentam as maiores remunerações médias da Região, ligeiramente acima da média nordestina.** Ceará (R\$ 2.515,81) e Sergipe (R\$ 2.438,85) registram valores próximos à média da Região. Alagoas (R\$ 2.358,12), Rio Grande do Norte (R\$ 2.344,74), Piauí (R\$ 2.317,29) e Paraíba (R\$ 2.310,20) têm os menores valores registrados, entre as remunerações médias inferiores à média do Nordeste.



Fonte: MTE/RAIS 2023

A análise conjunta dos dados regionais e estaduais do Nordeste em relação à média nacional fornece um panorama abrangente das desigualdades salariais no País e dentro da própria região nordestina, auxiliando na compreensão das dinâmicas do mercado de trabalho e na formulação de políticas públicas direcionadas à redução dessas disparidades. Ao focar no setor industrial estas seções deste trabalho apontam para a importância deste segmento na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, representado por empregos com melhor remuneração, menor rotatividade e certamente mais duradouros.



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

